

# PESQUISA E FORMAÇÃO HUMANA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

*RESEARCH AND HUMAN FORMATION: HISTORICAL CONSTITUTION AND INSTITUTIONALIZATION OF EDUCATIONAL RESEARCH IN BRAZIL*

**Jenerton Arlan Schütz**

Instituto Federal Goiano, Ceres, GO, Brasil. E-mail: jenerton.schutz@ifgoiano.edu.br

**Augusto Kessai Agostinho Chicava**

Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique. E-mail: augustochicava@yahoo.com.br

**Marcos de Moraes Sousa**

Instituto Federal Goiano, Ceres, GO, Brasil. E-mail: marcos.moraes@ifgoiano.edu.br

**Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso**

Instituto Federal Goiano, Ceres, GO, Brasil. E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br

**Fábio César Junges**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, RS, Brasil. E-mail: fabiocesarjunges@yahoo.com.br

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i1.1584> Recebido em: 12.10.2023 Aceito em: 27.12.2023

---

**Resumo:** O presente artigo visa a uma breve compreensão histórica da pesquisa acadêmica e da formação de pesquisadores sobre pontos relevantes junto a perspectivas de construção que levem o pesquisador a assumir atitudes coerentes quanto ao campo social relacionado à qualidade e à relevância da pesquisa educacional. Destarte, a construção do manuscrito se deu a partir do diálogo com três pesquisadores: Remi Castioni (2016), com o artigo “Formação de pesquisadores em educação no Brasil, o papel das agências e a educação básica”; Bernardete A. Gatti, (2006), com o artigo “Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave”; e, por último, o texto de Marli André (2001), “Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade”. Ademais, refletir sobre a pesquisa acadêmica no Brasil nos remete a repensar questões da área educacional a serem pesquisadas neste cenário de transformações políticas e sociais. Devem ser considerados os desafios e as oportunidades para a realização de pesquisas em educação, bem como a formação do pesquisador e sua relação com a educação básica, tendo em vista o contexto do desenvolvimento acadêmico, sobretudo compreendendo a importância das ciências humanas e a qualidade das pesquisas realizadas, considerando sua contribuição na formação das pessoas nos âmbitos individual e social.

**Palavras-chave:** Formação. Institucionalização. Pesquisa.



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

**Abstract:** This article aims to provide a brief historical understanding of academic research and the training of researchers on relevant points, along with construction perspectives that lead the researcher to assume coherent attitudes towards the social field related to the quality and relevance of educational research. Thus, the manuscript was constructed based on a dialog with three researchers: Remi Castioni (2016), with the article “Training researchers in education in Brazil, the role of agencies and basic education”; Bernardete A. Gatti, (2006), with the article “Training researchers in education in Brazil, the role of agencies and basic education”. Gatti, (2006), with the article “Research in education: considerations on some key points”; and, finally, the text by Marli André (2001), “Research in education: seeking rigor and quality”. Furthermore, reflecting on academic research in Brazil leads us to rethink educational issues to be researched in this scenario of political and social transformations. The challenges and opportunities for carrying out research in education must be considered, as well as the training of researchers and their relationship with basic education, taking into account the context of academic development, especially understanding the importance of the human sciences and the quality of the research carried out, considering its contribution to people’s education in the individual and social spheres.

**Keywords:** Training. Institutionalization. Research.

## Introdução

Este artigo, cuja temática engloba a constituição histórica e a institucionalização das pesquisas em educação no Brasil, é desenvolvido por meio de três dimensões complementares: i) breve apresentação histórica da pesquisa acadêmica e formação de pesquisadores; ii) pontos importantes da pesquisa; iii) transformação dos processos investigativos na busca de rigor e qualidade da pesquisa em educação. O manuscrito visa a uma breve compreensão histórica da pesquisa acadêmica e da formação de pesquisadores sobre pontos relevantes junto a perspectivas de construção que levem o pesquisador a assumir atitudes coerentes quanto ao campo social relacionado à qualidade e à relevância da pesquisa educacional.

Dessa forma, a construção se deu a partir do diálogo com três pesquisadores: Remi Castioni (2016), com o artigo “Formação de pesquisadores em educação no Brasil, o papel das agências e a educação básica”; Bernardete A. Gatti, (2006), com o artigo “Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave”; e, por último, o texto de Marli André (2001), “Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade”.

Atualmente, ao refletir sobre as questões no campo da pesquisa, é preciso repensar aspectos da área educacional, considerando o contexto de transformações e as múltiplas necessidades que ainda existem com relação à formação humana, bem como os trabalhos desenvolvidos e a ética na produção do conhecimento, entendendo que a educação tem a responsabilidade de formar as pessoas nos âmbitos individual e social. Dessa forma, Goergen (2015) realiza um breve ensaio relacionado à ética e à produção do conhecimento educacional.

Considero, em primeiro lugar, que a busca do conhecimento é constituinte do ser humano enquanto ser social. Em segundo lugar, o conhecimento se liga, desde sua origem, ao exercício de domínio e poder. Esta ambivalência originária revela que o conhecer é tanto um processo objetivo e neutro quanto subjetivo e ético (GOERGEN, 2015, p. 301).

De acordo com o autor, fica nítido que o ensino tem a finalidade principal de instruir o sujeito, de forma intencional, por meio de uma estrutura definida e organizada, enquanto o ato de educar objetiva a formação do ser humano e de sua personalidade, podendo acontecer

de maneira sistemática nas escolas, como também de maneira assistemática, repassada verbalmente no cotidiano pelas gerações, o que atualmente se faz relevante e indispensável para o desenvolvimento das pesquisas em educação.

O século XIX apresentou uma grande relação firmada entre a ciência e a tecnologia, interferindo diretamente na pesquisa educacional por mudar a forma de intervir na história humana. Tais mudanças podem ser avaliadas positivamente e negativamente. O contexto histórico da pesquisa científica em educação tem interfaces que demonstram preocupações apresentadas desde o século XX, mesmo havendo, neste período, somente trabalhos não tão/muito sistematizados para fundamentar a realização dos estudos.

Os estudos mais sistematizados começaram a se desenvolver no Brasil com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) nos anos 1930 (GATTI, 2001). Os programas de pós-graduação foram atingidos devido a, na maioria das vezes, não se encontrarem condições nas universidades (onde se desenvolveram as pesquisas). As condições que tinham para desenvolver o trabalho eram cheias de intenções direcionadas a interesses incoerentes com a proposta da pesquisa e sua objetividade. De acordo com Goergen (2015), a partir desse contexto, alguns estudiosos esclarecem que, no período militar, a ciência era vista como um fator importante para o desenvolvimento do País. Foi neste período que se integraram políticas que renovaram a educação superior e o fomento da pesquisa a partir dos programas.

Verificamos que, em alguns poucos programas de mestrado e doutorado, no final dos anos 80, solidificam-se tendências de trabalho, poderíamos dizer, começavam a formar tradição enfrentando, todavia, condições institucionais internas ainda que não tão favoráveis (GATTI, 2001, p. 72).

Nesta abordagem conceitual, refletir sobre a pesquisa acadêmica no Brasil nos remete a repensar questões da área educacional a serem pesquisadas neste cenário de transformações políticas e sociais. Devem ser considerados, ainda, os desafios e as oportunidades para a realização de pesquisas em educação, bem como a formação do pesquisador e sua relação com a educação básica, tendo em vista o contexto do desenvolvimento acadêmico, sobretudo compreendendo a importância das ciências humanas e a qualidade das pesquisas realizadas, considerando sua contribuição na formação das pessoas nos âmbitos individual e social.

### **Breve histórico relacionado à pesquisa acadêmica no Brasil**

A primeira dimensão abordada no artigo se refere a um breve histórico relacionado à pesquisa acadêmica no Brasil, por entendermos que se faz necessário compreender um pouco sobre a sistematização na construção desse processo. Nesse sentido, cabe destacar o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), criado em 1930, tendo em vista sua contribuição no desenvolvimento dos estudos desenvolvidos no Brasil de forma mais sistematizada, conforme apresentado por Gatti (2001). Segundo a autora, nas décadas de 1940 e 1950, tais trabalhos foram relevantes ao ampliarem o campo da pesquisa no que se refere à formação em métodos e técnicas de investigação científica na educação. Segundo Goergen (2015), ainda que as atividades de pesquisa no Brasil não tenham iniciado com os programas de Pós-Graduação, sua instalação garantiu-lhes grande impulso e sistematicidade.

Nesse contexto, é importante considerar o desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-

Graduação no Brasil (PNPG), relevante desde o momento que foi lançado pela CAPES, em 1975. Segundo Castioni (2016), mesmo o Brasil estando longe das metas acerca da formação de doutores, se comparadas com a média mundial, “[...] os Planos Nacionais de Pós-Graduação cumpriram importante papel na formação da infraestrutura de pesquisa e da pós-graduação no Brasil” (CASTIONI, 2016, p. 201). Conforme o autor, são visíveis os pontos relevantes que favorecem a formação de mestres e doutores, bem como a expansão das universidades federais com relação ao aumento dos cursos de graduação no Brasil. Com relação aos PNPGs, Castioni (2016, p. 201) menciona que:

Tivemos o I PNPG, entre 1975 e 1979; o II PNPG, entre 1982 e 1985; o III PNPG, entre 1986 e 1989. Embora autores como Cury (2005, p. 18) justifiquem que o IV PNPG de fato não ocorreu; e somente tivemos a retomada do PNPG efetivo, com o V Plano (1996-2010).

Dessa forma, ao olharmos a elaboração dos PNPGs e suas vigências, é importante considerar o cenário dessa construção e implementação, tendo em vista que os avanços e retrocessos também dependem das políticas nacionais, dos governantes que estão atuando e do modo como eles veem a educação no Brasil. Ou seja, é preciso considerar como o governo opera com os mecanismos da educação para a educação, como interfere diretamente na construção dos planos educacionais e, obviamente, nos resultados da pesquisa e formação de pesquisadores no Brasil.

Um exemplo relacionado a esse cenário foi a ausência da formalização do IV PNPG. Com base nas palavras de Martins (2005), Hostins (2006) aborda a forte influência de “aspectos orçamentários” na execução *in totum* (no todo; completamente) do que seria o IV Plano Nacional de Pós-Graduação, que sequer pôde ter um documento final (HOSTINS, 2006 p. 146). Quarenta anos após o parecer do CFE nº 977/65, os PNPG já contavam com o V plano (2005-2010). O V PNPG elegeu como seus objetivos nos próximos anos: o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; e a formação de quadros para mercados não acadêmicos (BRASIL, 2005, p. 59 *apud* HOSTINS, 2006, p. 148).

Entretanto, o VI Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2011-2020), em vigência, tem como “objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil” (BRASIL, 2010, p. 02). No plano, observa-se que, pela primeira vez, um plano nacional de educação contempla as metas da pós-graduação; isso porque o PNPG integra o PNE nas seguintes metas: 13 titulações de professores da educação superior e 14 com a pós-graduação.

Nesse sentido, o cenário histórico acerca da trajetória da pós-graduação no Brasil é considerado positivo do ponto de vista do que já se alcançou. No entanto, considera-se que é preciso melhorar ainda em diversas dimensões. Castioni (2016, p. 201) considera que nestes “50 anos o marco foi à regulamentação do Parecer nº 977, de 03 dezembro de 1965, do CFE, onde o Brasil duplicou o número de programas de mestrado e doutorado”, aumentando assim, consideravelmente, o número de mestres e doutores formados pelas universidades brasileiras (BRASIL, 2010; CGEE, 2012). Dessa forma, surgiram mais possibilidades de acesso aos cursos de pós-graduação, como mostra a recente Portaria de nº 275, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade à distância, publicada no Diário Oficial da União (BRASIL, 2018).

Segundo Castioni (2016), a área de educação é a que mais forma mestres e doutores, devendo esses índices ser voltados a favor do retorno dos programas de pós-graduação (formação de recursos humanos) para a educação básica ao nível formativo e de inovação. Neste contexto de mudanças e transformações relacionadas à pesquisa educacional, é importante considerar que as pesquisas desenvolvidas devem ser planejadas cuidadosamente, com objetivos que de fato contribuam para a solução dos problemas no campo estudado e que auxiliem na formação e no desenvolvimento acadêmico, por meio do conhecimento científico e da qualidade nas pesquisas realizadas.

Diante do exposto, cabe aqui a descrição da segunda dimensão do trabalho, sobre alguns pontos importantes da pesquisa produzida em educação. Mesmo compreendendo que os programas de pós-graduação podem ser atingidos por não encontrarem condições de desenvolver pesquisas nas universidades, e que as condições encontradas algumas vezes para desenvolver o trabalho acadêmico podem estar cheias de intenções direcionadas a interesses incoerentes com a proposta da pesquisa e sua objetividade, é sempre muito importante o pesquisador compreender que:

Não se pode tomar a palavra pesquisa de modo amplo e vago, mas é necessário tomá-la em uma acepção mais acadêmica, implicando o uso de métodos específicos, preocupação com validade, rigor ou consistência metodológica, preocupação com a ampliação ou construção de novos conhecimentos sobre determinada questão – que pode ser um problema de um dado campo de estudos ou um problema ligado à própria ação educacional do docente (GATTI, 2006, p. 26).

Nesta abordagem conceitual, é relevante pensar na relação da pesquisa a ser realizada tanto com a formação do pesquisador como com o seu propósito e público-alvo. Desse modo, “[...] trabalhos de pesquisa têm na universidade um papel didático, formativo, mas não se pode atropelar os cuidados metodológicos, também por uma questão formativa” (GATTI, 2006, p. 34). Ademais, no que se refere à produção acadêmica, esta atua como:

Bem de importação e exportação atingindo hoje uma universalidade virtual, nas quais todos são obrigados a se submeter às exigências da competição, da produtividade crescente e da internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento (HOSTINS, 2006, p. 156).

Nessa perspectiva, a institucionalização da pesquisa se define mediante políticas de intensificação e desejo pela expansão do espaço científico na pós-graduação. É perceptível que, para identificar ou não a qualidade das pesquisas desenvolvidas, os cursos passam por processos de avaliação. Dependendo do conceito que o curso já possui, este se torna mais rigoroso devido à produtividade e à inserção da necessidade da internacionalização, tendo em vista a cumplicidade de um cenário neoliberal, visto mais fortemente na educação desde os anos 1980, e que pensa no conhecimento produzido para o mercado por meio da pesquisa.

Desse ponto de vista, cabe destacar as etapas de transformação dos processos investigativos na busca de rigor e qualidade da pesquisa em educação, como terceira dimensão proposta, trazendo o posicionamento inicial de André (2001). Não obstante, a autora considera as propostas de novas temáticas de pesquisa, a reavaliação das modalidades de investigação desenvolvidas, bem como o constante questionamento acerca dos recursos teórico-metodológicos utilizados. Aborda ainda situações vividas por muitos pesquisadores as quais, às vezes, refletem nos resultados de suas pesquisas durante o processo formativo:

Alguns mantêm suas atividades profissionais, não têm bolsas e precisam viajar, considerando que muitas vezes não se envolvem com os grupos de pesquisas que além de contribuir com o pesquisador consolidam as linhas de pesquisas, bem como reduziriam algumas temáticas fragmentadas (ANDRÉ, 2001, p. 62).

Do ponto de vista teórico, Castioni (2016), aponta que o Brasil tem investido na formação de mestres e doutores, mas que essa formação não tem refletido nos índices educacionais quando comparados nacional e internacionalmente. Nessa direção, faz-se necessário que haja:

Uma política educativa que contemple uma remuneração atrelada ao perfil e atuação do professorado, a expansão da oferta de cursos de graduação, perpassando por uma maior oferta e distribuição de bolsas de pós-graduação *stricto sensu* para os professores, sobretudo os que atuam na educação básica, dentre outros aspectos (CASTIONI, 2016, p. 211).

Entretanto, essa análise proporciona o olhar sobre a expansão das universidades federais, bem como sobre a formação de pesquisadores educacionais no país. Nesse sentido, é válido ressaltar que “[...] existem outras iniciativas, em curso, que buscam vincular o sistema de fomento à pesquisa e sua contribuição para a educação; e nessa direção, há um esforço sendo promovido por um conjunto de pesquisadores” (GATTI *et al.*, 2015 *apud* CASTIONI, 2016, p. 204).

Portanto, a pesquisa em educação no Brasil demonstra conquistas e avanços em suas trajetórias de construção histórica. Em diversos momentos, mesmo diante de desafios acerca de políticas nacionais para a construção dos planos e implementações das propostas, é visível que existem esforços, por parte de grupos de pesquisa já consolidados, para que se alcance o reconhecimento nacional e internacional na educação brasileira. Quanto à institucionalização, a avaliação ocupa um lugar a partir desse processo que redireciona a organização dos níveis de formação acadêmica mediante produção e divulgação do conhecimento científico no país.

### **Considerações finais**

Este manuscrito foi realizado a partir dos artigos de Remi Castioni (2016), Bernadete A. Gatti (2006) e Marli André (2001). Tal reflexão oportunizou-nos construir uma relação, para melhor fundamentação, acerca das dimensões propostas, de modo que nos oferecessem suporte na construção de algumas categorias necessárias no que se refere à formação através da pesquisa em educação, em nível de pós-graduação.

De forma mais específica, ofereceu subsídios para compreender a importância de se desenvolver um trabalho coerente, significativo, a partir da pesquisa e de seu campo. No âmbito histórico da sistematização do processo de pesquisa, observamos etapas consolidadas (grupos de pesquisadores e planos construídos). Porém, existe um cenário ainda incerto e delicado acerca das políticas desenvolvidas atualmente no campo educacional, advindo do atual contexto vivido, havendo aí impasses divergentes entre o real e o ideal.

Portanto, percebemos que as pesquisas em educação no Brasil dependem das políticas públicas educacionais para melhor desenvolvimento e resultados. Seu processo de institucionalização requer construção minuciosa, considerando a cientificidade e os aspectos ético-metodológicos na formação do pesquisador, através das pesquisas desenvolvidas nacional e internacionalmente. Em tal contexto, são considerados os paradigmas econômicos e mercadológicos, no campo da formação cidadã, sobre os aspectos investigativos desenvolvidos

na área da educação.

Compreendemos que é importante repensar os “modos de fazer” pesquisa em educação, restabelecer a consciência sobre o que se escreve e para quem se escreve, tendo em vista que se trata da pesquisa nas áreas humanas. Tais áreas são de extrema relevância e devem ser construídas com responsabilidade e compromisso do pesquisador a partir de elementos metodológicos que mantenham a integridade do sujeito. É importante que, socialmente, desenvolvam-se, no campo científico, discussões sobre esse cenário de transformações, em que a qualidade e os resultados do processo de produção fazem muita diferença no campo da pesquisa e, em especial, da pesquisa em educação.

### Referências

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BRASIL. Portaria de nº 275, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, n. 244, 2018.

CASTIONI, Remi. Formação de pesquisadores em educação no Brasil, o papel das agências e a educação básica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 199-224, jan./mar. 2016.

GATTI, Bernadete. Pesquisar em Educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p.25-35, set./dez. 2006.

GOERGEN, Pedro Laudinor. A ética em pesquisa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 301-315, jul./dez. 2015.

GATTI, Bernardete. Implicações e Perspectivas da pesquisa educacional no Brasil Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 1987.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006.